

## **A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROJETO PEDAGÓGICO SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA: RESISTÊNCIAS E DESAFIOS**

**Maria de Fátima Lopes Garcia**

Universidade Estadual de Londrina

Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática

Centro de Ciências Exatas – Campus Universitário

86055-990 – Londrina – PR – Brasil

E-mail: [jofalufe@aol.com](mailto:jofalufe@aol.com)

**Álvaro Lorencini Júnior**

Universidade Estadual de Londrina

Centro de Ciências Biológicas – Depto. de Biologia Geral - Campus Universitário

86055-990 – Londrina – PR – Brasil

E-mail: [alvarojr@uel.br](mailto:alvarojr@uel.br)

### **Introdução**

Atualmente, a sexualidade é uma temática de grande demanda social que reflete na comunidade escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) inserem a sexualidade como um tema transversal, no qual o professor, independente de sua área de formação, deva desenvolver a temática em sala de aula, atribuindo um sentido social. Para o sucesso é fundamental que os professores atuem interdisciplinarmente de maneira planejada e em conjunto (Figueiró, 2002).

Em 1975, a Organização Mundial da Saúde (OMS) apontou que a sexualidade não está restrita aos órgãos genitais e a relação sexual, mas pode influenciar atitudes, sentimentos, pensamentos, interações e a saúde física e mental da personalidade do indivíduo (Castro e Silva, 2002). Portanto, o tema da sexualidade na escola promove a formação e aperfeiçoamento da cidadania dos alunos. Por outro lado, seria necessária a reeducação da sexualidade dos professores, no sentido de que possam eticamente desvelar tabus e preconceitos dos alunos (Guimarães, 1995; Figueiró, 1998; Werebe, 1998).

Os professores não tiveram nos cursos de licenciatura, o tema da sexualidade como conteúdo específico da área de formação, nem como um tema possível de ser inserido no currículo escolar, nesse sentido, passam a considerar a sexualidade como um tema pedagógico. Um projeto pedagógico sobre sexualidade permite reforçar as necessidades formativas do professor de Ciências estabelecidas por Carvalho e Gil-Perez (1993), conhecendo as inovações em didática da ciência e construindo a sua prática educativa sob uma orientação construtivista, convertendo o saber conceitual em saber procedimental. Nóvoa (1997) afirma que a formação continuada de professores deve ocorrer coletivamente usando a experiência e a reflexão como instrumentos permanentes de análise. Zeichner (1997) concebe a importância da articulação entre a universidade, escola e comunidade. A reflexão enfatizada por Schön (1997) e Perrenoud (2001) pode favorecer a sexualidade por ser uma temática multi-facetada com dimensões: social, cultural, política e ética, promovendo uma constante “reflexão na ação” e “sobre a ação”.

## Objetivos, Procedimentos Metodológicos da Investigação, Apresentação e Discussão dos Resultados

Dentro dos limites teóricos e dos objetivos deste trabalho, realizamos entrevistas semi-estruturadas, relativamente abertas e audio-gravadas com professores, diretores, supervisores e orientadores educacionais para identificar elementos que pudessem ser considerados como resistências na sua formação e que impediriam a implementação da temática da sexualidade transversalmente no currículo escolar. Concomitantemente a isto, sugerimos a implementação do projeto pedagógico sobre sexualidade com os alunos das 7<sup>a</sup> séries do ensino fundamental de uma escola da rede pública estadual do município de Londrina (PR).

A seguir, passamos a inserir trechos das entrevistas e a análise dos elementos contidos nas falas que podem servir para a discussão dos resultados:

### Situação 1 – Professora A

*“...eu sou contra o adolescente, o aluno “ficar”. Eu falo assim: Eu acho que isso não existe, “ficar”.*

O papel do professor neste caso não é o de afirmar ao aluno a sua opinião pessoal, tendo às vezes uma postura pouco flexível, cabe a família o papel de transmissora dos valores, padrões e regras sociais e ao professor o papel de mediador, estimulando debates e questionamentos propiciando ao aluno uma atitude crítica e reflexiva para que decida a conduta a tomar, diante dos valores passados pela mídia, família e os demais agentes sociais: portanto, não cabe ao professor, no que se refere à sexualidade, dar receitas do que é certo ou errado (Ribeiro, 1993).

Considerando os resultados obtidos na pesquisa de Figueiró (2001a), os professores devem ter uma formação continuada desenvolvendo atividades de reflexões em equipe, também defendida por Schön, Nóvoa e Perrenoud. Essas reflexões legitimam a autonomia do professor em desenvolver as atividades de aprendizagem de modo significativo para os alunos.

### Situação 2 – Professora B

*“...teve um problema com esta aula de sexualidade que a mãe pela ignorância talvez a religião influenciasse, ela achou que estava deturpando a filha dela, ensinando coisa que ela não devia saber ainda. A mãe chegou a abrir processo, e depois eu saí da escola, faz uns 2 anos. Eu acho importante a educação sexual na escola.”*

Apesar da professora enfatizar a importância da temática, reconhecemos nas falas um certo receio em tratar o tema por ter ocorrido experiências negativas na carreira docente. Detecta-se também um “peso grande” das crenças religiosas nas tomadas de decisões e as supostas reações negativas que juízos de valor possam vir causar ao professor. Segundo Guimarães (1995), é comum que o medo de represálias, acabam citando lembranças de alguma aula que tenha sido interpretada como obscenidade.

Na formação do professor não se pode permitir que tradições e costumes que perpetuem ao longo dos anos ou casos isolados venham atrapalhar na transformação de um profissional comprometido com a consciência crítica (Ibernón, 2002).

O professor é respaldado pelos PCNs (Brasil, 1998), para trabalhar a temática amplamente e irrestritamente com os seus alunos de forma reflexiva na construção autônoma de valores.

### Situação 3 – Professora C

*“...a masturbação, por exemplo, eu não entendo este aspecto da masturbação. Eu acho que eu tenho que me preparar primeiro, para falar sobre o assunto. Eu não posso chegar numa sala de aula, num dia qualquer e num momento qualquer e tocar no assunto, porque eu posso passar para eles idéias erradas.”*

A professora tem consciência de que primeiramente deve ter formação compatível com as demandas sociais, do mesmo modo que outros professores comentaram ao se referirem sobre outros temas polêmicos da sexualidade: homossexualidade e relação sexual antes do casamento. A educação sexual se propõe a lidar com as angústias, confusões e esses medos que não são só do aluno, mas também com as do próprio professor (Suplicy, 1993; Figueiró, 2001b).

Situação 4 – Professora de Ciências e diretora geral

*“...A gente encontra muitas resistências, muito professor trabalhando de forma inadequada, inserindo preconceitos que ele tem, conceitos que ele carrega ao longo dos anos da sua própria sexualidade e que ele não se libertou. Então isso tem que ser preparado, eu acho primordial, acho que todo mundo deve estar trabalhando e acho que o resultado será excelente. Dou total apoio a um projeto de educação sexual.*

Situação 5

Pesquisadora: *“Nós tivemos duas reuniões pedagógicas que foram canceladas e não foi colocada nova data. Por quê?”*

Supervisora: *“Eu não sei afirmar porque, foram acontecimentos do dia a dia, imprevistos e passa para outra data e repusemos com outras atividades e a reunião ficou aguardando, mas há necessidade dessa reunião. A nova data acho que compete mais a direção do que a supervisão.”*

A suposta “abertura” da escola para aceitar um projeto pedagógico centrado no tema da sexualidade é desconecta com a resistência oculta para adaptar um horário flexível. Mesmo tendo reuniões pedagógicas marcadas no calendário escolar desde o começo do ano, estas são usadas para outros fins, com a prerrogativa de acontecer em outra data. Contudo, as reuniões pedagógicas que seriam reservadas para a nossa discussão com os professores foram canceladas. Suplicy (1993) reforça esta afirmação alegando que o apoio da direção para iniciativas como esta é fundamental, podendo impedir a implementação de um projeto que tem tudo para acontecer.

## **Considerações finais**

De acordo com os resultados obtidos deste estudo, podemos considerar que a formação do professor, enquanto educador sexual deve ocorrer no ambiente escolar para legitimar a sua prática educativa e desenvolver a autonomia dos alunos para tomadas de decisões frente ao tema da sexualidade. Encontramos resistências por parte dos professores e direção da escola de natureza relativa aos preconceitos desarticulados, opiniões desconectas e tabus correntes que impediram a implementação plena de um projeto pedagógico centrado em atividades de aprendizagem relativas à sexualidade humana. Contudo, a análise dos dados possibilita inferirmos que a perspectiva de formação de educadores sexuais que atende as demandas sociais escolares, seja aquela com uma orientação sócio-construtivista, em que o professor deixe de ser mero transmissor de conteúdos e passe a ser um mediador para promover questionamentos e conciliar conflitos, fazendo com que os alunos reflitam em conjunto e em harmonia com o restante da comunidade escolar.

Os resultados também nos indicam que os maiores impedimentos estão relacionados à organização geral da escola: evitar a dispensa dos alunos para reuniões dos professores, inflexibilizar os horários disponíveis e evitar se indispor com os pais de alunos parecem ser os pontos de maior resistência da direção. Já os professores apresentaram principalmente insegurança relacionada à deficiência na capacitação de competências e habilidades para desenvolverem atividades em sala de aula.

Apesar da resistência por parte dos profissionais dentro da escola, é necessário desenvolver possibilidades de “quebra das resistências”, consolidando uma estrutura plausível para dar sustentação ao projeto. Consideramos que isto só poderá ocorrer mediante mudanças significativas nos cursos de licenciatura, inserindo não só conteúdos de sexualidade nas áreas específicas, mas uma prática pedagógica junto à comunidade escolar que tenha a sexualidade como tema unificador e transversal dos conteúdos ministrados.

### Referências bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Anna M. Pessoa de e GIL-PEREZ, Daniel. A formação de professores de ciências. São Paulo: Cortez, 1993.

CASTRO e SILVA, Ricardo de. Orientação Sexual: possibilidade de mudança na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites, 2001a, Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Estadual Paulista. Marília.

\_\_\_\_\_. Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio, 2 ed. Londrina:UEL, 2001b.

\_\_\_\_\_. O preparo de educadores sexuais. Perspectiva: sexualidade e educação. Florianópolis, v.17.n.3, p 89-114, dez.1998.

\_\_\_\_\_. Repensando a Educação Sexual enquanto tema transversal. Cad Educ. FAE/UFPel, Pelotas(19): 31-64, julho/dez.2002.

GUIMARÃES, Isaura Rocha Figueiredo. Educação Sexual na escola: mito e realidade. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

IMBERNÓN, Francisco. Formação Docente Profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza – 3 ed . São Paulo, Cortez, 2002.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In:\_\_\_\_\_.(Org). Os professores e a sua formação. 3 ed. Lisboa: Dom Quixote. 1997. p. 13-33.

PERRENOUD, Philippe. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza; trad. Cláudia Schilling – Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

RIBEIRO, Marcos. Educação Sexual: novas idéias, novas conquistas. In:\_\_\_\_\_.(Org). Educação Sexual nas turmas de segundo grau. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In. Antônio Nóvoa (Org). Os professores e a sua formação. 3 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p 77-92.

SUPLICY, Marta. Educação e orientação sexual. In: RIBEIRO, Marcos (Org). Educação Sexual: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1993. p 21-36.

WEREBE, Maria José Garcia. Sexualidade, Política e Educação. Campinas – SP: Autores Associados, 1998.

ZEICHNER, Ken. Novos caminhos para o praticum: uma perspectiva para os anos 90. In. Antônio Nóvoa (Org). Os professores e a sua formação. 3 ed. Lisboa : Dom Quixote, 1997, p 115-138.